

cidade. O caso passou então ao juiz Gomes Neto, que intimou as meninas e os acusados do estupro a comparecerem ao fórum.

A viúva Francisca Del Capelossi, com 41 anos e nove filhos, levou Ivone e Inês à presença de Gomes Neto, certa de que os adultos seriam responsabilizados "pela malvadeza" praticada contra suas filhas. Nada disso aconteceu. Depois de ouvir os envolvidos, Gomes Neto telefonou à delegacia de polícia e, segundo testemunho de dona Francisca e do oficial de Justiça Alcides Raimundo, ordenou aos policiais: "Levem essas meninas e tirem o cabelo delas". À força, as três crianças tiveram seus cabelos cortados a tesoura e gilete, sendo obrigadas, ainda, a se despirem, para que os policiais as examinassem, segundo eles, "para ver se elas ainda eram meninas".

CUMPRINDO ORDENS — Inevitavelmente, o caso deixaria feias seqüelas. Traumatizada, Inês tentou se matar com uma faca de cozinha e, como Ivone e Aparecida, teve que abandonar a escola porque as outras crianças insistiam em tirar os lenços que cobrem suas cabeças. Já no mês seguinte, contudo, o representante do Poder Judiciário em Ibaiti voltaria a tomar decisões assustadoras. Primeiro, exigiu do comerciante Manoel José de Araújo o depósito de 1 456 cruzeiros na conta bancária da Sociedade de Assistência Infantil de Ibaiti — da qual é presidente — sob a ameaça de fechar seu bar. E, dias depois, fez castigar duramente três menores detidos sob a acusação de furto. Como eles negassem a acusação, o juiz determinou que fossem chicoteados e exibidos pelo centro da cidade com as cabeças raspadas e um cartaz, no peito, com a inscrição "Eu sou ladrão".

O vexame sofrido pelos três meninos foi a gota d'água que entornou o copo. Logo que foi denunciado pela OAB, Gomes Neto procurou defender-se, alegando que "há uma questão de terras por trás disso tudo". Depois, calou-se, dizendo que só prestará maiores esclarecimentos "no tribunal". Por sua vez, Jerônimo Albuquerque Maranhão e Ocyan França, respectivamente corregedor do Ministério Público e corregedor da Justiça do Paraná, que apuram o caso, negam-se a fazer qualquer comentário. Mas a sindicância feita pela Polícia Militar, na semana passada, já permite antever o desfecho do caso. Interrogados, os soldados acusados de se-
viciarem os menores confirmaram todas as denúncias, alegando apenas que estavam cumprindo ordens do juiz. ●

SEQÜESTRO

Cartas da prisão

*De sua cela em Montevideu,
Lilian Celiberti confirma que foi
seqüestrada em Porto Alegre*

Em letra firme e bem desenhada de professora, ofício que exercia no Uruguai antes de refugiar-se, Lilian Celiberti Rosas de Casariego escreveu de sua cela, em uma prisão de Montevideu, duas cartas aos pais e uma aos filhos, em janeiro passado. Nelas, confir-

mou a versão sustentada pelos jornalistas há exatos seis meses, como também expôs ao descrédito uma série de alegações e de documentos apresentados pela polícia gaúcha e pelo delegado e deputado arenista Cícero do Amaral Viana, em defesa dos policiais implicados



Dona Lilia, com Camilo no colo: dois recados da filha presa

— entre eles, Orandir Portassi Lucas, o antigo jogador de futebol "Didi Pedalada", identificado já por Cunha e Scalco

como um dos homens armados que estavam no apartamento no dia do seqüestro.

Como elemento de maior impacto, as cartas de Lilian, recolhida atualmente a uma solitária do 13.º Batalhão de Infantaria, na rua Instruções na periferia da capital uruguaia, foram divulgadas dois dias após o falecimento de Faustina Elenira Severina, de 42 anos — a escritora do DOPS identificada pelo menino Camilo como uma das duas mulheres que cuidaram dele e de sua irmã em uma das salas da Secretaria da Segurança, em Porto Alegre, logo depois do seqüestro (veja o quadro na página 28). Segundo o laudo oficial, Lenira, como era conhecida na polícia,

mou ter sido vítima de um seqüestro em Porto Alegre, na tarde do dia 17 de novembro do ano passado, junto com seus dois filhos menores, Camilo e Francisca, e o estudante Universindo Rodríguez Díaz. Trata-se, agora na versão de uma das vítimas, da mesma operação parcialmente testemunhada por Luís Cláudio Cunha, chefe da sucursal de VEJA na capital gaúcha, e pelo fotógrafo da revista *Placar*, João Batista Scalco.

As cartas (veja o quadro) foram apresentadas na quarta-feira da semana passada pelo advogado da família Celiberti, Omar Ferri, à CPI da Assembléia Legislativa gaúcha que investiga o seqüestro. A revelação não apenas confir-

morreu vítima de "acidente vascular cerebral hemorrágico" — um derrame — poucos dias antes do prazo previsto para seu depoimento perante o juiz da 3.^a Vara Criminal, que cuida do caso.

"UMA BOMBA" — Duas provas bastante convincentes legitimam as cartas de Lilian. Uma, a correspondência enviada por ela, dias antes do seqüestro, a sua irmã Mirtha, que reside em Milão, na Itália — a letra é a mesma. A outra, bem mais evidente, é fornecida pelos próprios pais de Lilian. "As cartas são dela, seguramente, mas não sei como foram parar no Brasil", disse a VEJA, em Montevideu, na semana passada, o farmacêutico Homero Celiberti, pai de Lilian. "Se vierem perguntar", acrescenta sua esposa, dona Lilia, referindo-se aos oficiais uruguaios que costumam visitá-la para fazer pressões contra o esclarecimento do seqüestro, "só posso dizer que as cartas devem ter chegado via Europa, pois enviei-as a Mirtha, que me pediu notícias da irmã".

Normalmente, não há correspondência entre Lilian e seus familiares. As cartas chegaram "por outros condutos", agora já conhecidos e detectados

pela repressão uruguaia, segundo dona Lilia. Omar Ferri, advogado, soube do relato de Lilian aos pais através de uma conversa telefônica com Mirtha. Divulgou, então, a informação de que ela confirmara o seqüestro, mas confundiu as coisas e afirmou que a denúncia de Lilian tinha sido feita a sua mãe durante o dia de visitas ao quartel — e neste ponto as autoridades uruguaias, um brasileiro ainda não identificado e o delegado e deputado Amaral Viana cometeram um erro maior, ao tentarem desmoralizar as declarações de Ferri.

"Tenho uma bomba para divulgar", passou a dizer Viana à imprensa, durante duas semanas, alguns dias após a denúncia de Ferri. Finalmente, no dia

23 de abril, o deputado distribuiu uma nota datilografada e assinada por dona Lilia, na qual ela afirmava que em nenhum momento ouvira de sua filha a confirmação do seqüestro e que sequer Ferri continuava sendo seu advogado — na verdade, segundo a nota, ela desistira de tudo e não autorizava os testemunhos de Camilo.

"ENVIADO ESPECIAL" — Na semana passada, em seu apartamento no bairro de Buceo, em Montevideu, a mãe de Lilian esclareceria a origem de tudo. Na tarde do dia 6 de abril último, segundo ela, foram a sua residência duas pessoas: o major Rodríguez, das Forças Conjuntas Uruguaias, e um homem

Três cartas dos cárceres do Uruguai

A versão do seqüestro apresentada por VEJA coincide com o relato feito por Lilian Celiberti em três cartas enviadas, da prisão, a seus pais — e exibidas na semana passada pelo advogado Omar Ferri na CPI que investiga o caso na Assembléia Legislativa gaúcha. A seguir, trechos das cartas:

■ "4 de janeiro. Queridos meus, não sabem a alegria do dia de hoje ao saber de Camilo e Francesca. (...) O pior já passou e agora esperamos ir ao juiz. (...) Espero que (as crianças) não sejam demasiado peso para vocês, mas lhes peço que deem todo o carinho do mundo e que me perdoem por tudo o que lhes faço sofrer. Escrevam, por favor."

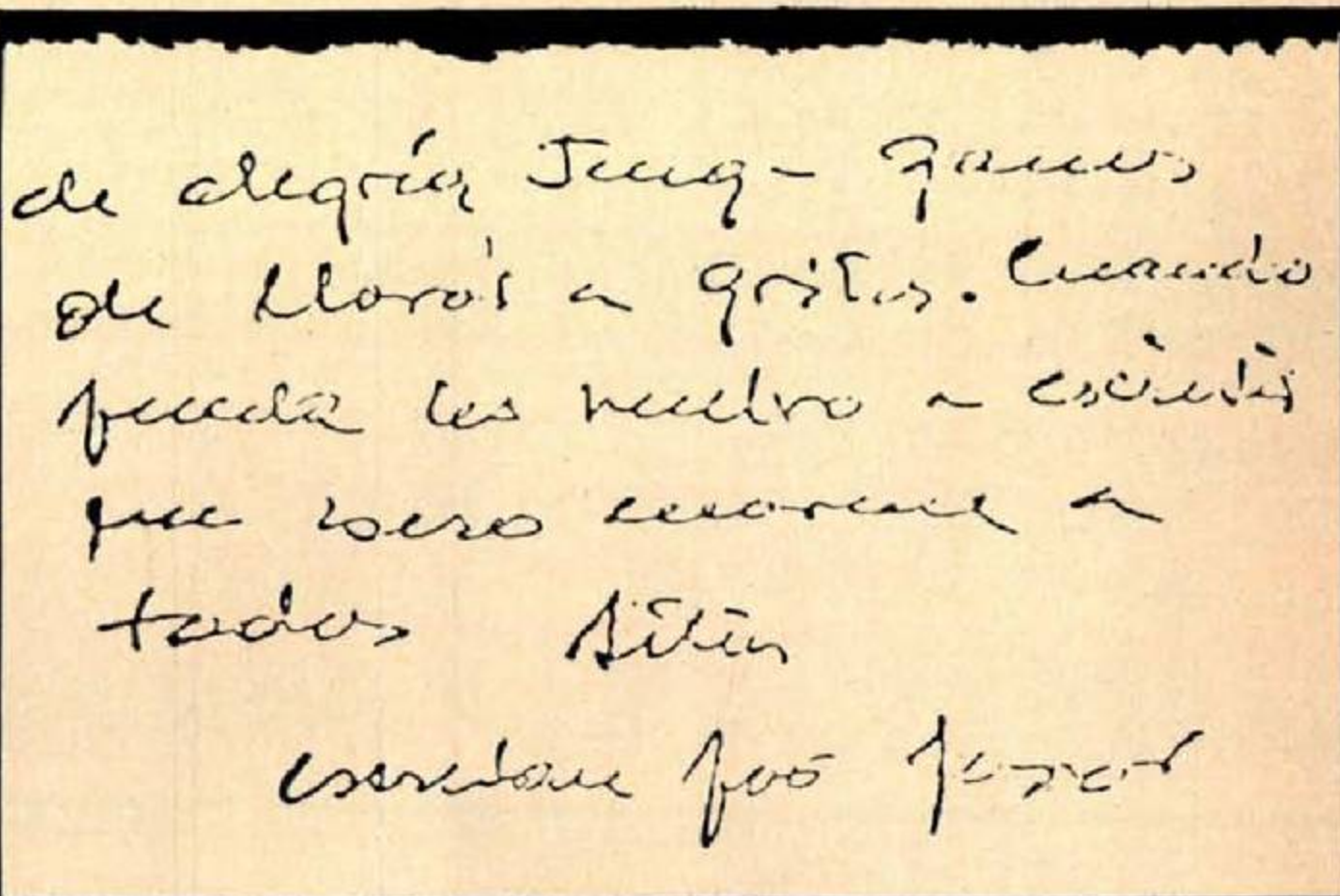
■ "13 de janeiro. Querida mamãe: recebi tua carta, mas como tenho pouco tempo te digo o essencial. Vimos juntos até a fronteira, ali me desembarcaram e disseram: ou 'desapa-

Trecho de uma das cartas: a letra é de Lilian Celiberti

recidos' ou colaborar. Eu, por segurança, disse colaboro. Voltamos a Porto Alegre, eu sozinha. Estava desesperada. Voltei aqui no dia 17 e não vi as crianças, quase enlouqueci. Eu sabia que não poderia atrair, mas sabia também que tinha que os salvar. Isso me levou a assinar o depoimento. (...) De todas as formas, o documento diz que eu vim porque lhes trazia as crianças. Isso quer dizer que vão processar-me. Tenho pensado muito se retifico ou não o depoimento, mas creio que me reben-tariam a pau. (...) Em Porto Alegre, quis me suicidar, mas não o consegui. Enfim, quero que fiques tranqüila, para nós já passou o pior, do processo não me salvo, mas é melhor do que ser desaparecida. Eu teria pilhas de coisas para contar-te... Fala de

mim às crianças, é importante, sobretudo a Camilo. (...) Abraços e beijos, hoje sou feliz."

■ "13 de janeiro. Filhos meus, queridos. (...) Camilo, tu que és maior, não pense que te menti, não voltei porque não me deixaram, e espero que tu tenhas acompanhado e apoiado tua irmã. (...) Não pensem com tristeza no fato de que mamãe não está, porque estou com o coração. (Eu) lhes fiz também um príncipezinho e muitos outros bonecos, que talvez um dia lhes possa mandar. Mamãe espera que todos estejam bem. Nós estamos (aqui) desde o dia 12, mas eu vim dia 17 de Porto Alegre. Enfim, outro dia lhes conto... Bem, fico por aqui. Beijos, Lilian."



aparentando 40 anos que se dizia jornalista do *Correio do Povo*, de Porto Alegre. Disse-lhe o major que se tratava de um jornalista "sério e preocupado com a verdade, sem sensacionalismos" — e que seria conveniente para ela fazer uma declaração para eliminar certas informações contraditórias que estariam circulando no Brasil.

"O que eu poderia fazer?", desabafou dona Lilia. "Com minha filha presa, pressionada por causa das crianças... Além do mais, Lilian realmente nada me dissera sobre o seqüestro durante a visita que lhe fiz. Nem poderia, pois estávamos vigiadas por dois soldados." Foi, certamente, a segurança que tinham as autoridades uruguaias sobre o silêncio de Lilian durante a visita o que as levou à precipitada tentativa de desmoralizar o advogado da família Celiberti.

"Eles sentaram aqui e discutiram o

texto que eu deveria assinar", lembrou dona Lilia. "Aí o oficial começou a escrever um rascunho." Acertadas as bases do texto, os dois foram embora e, mais tarde, curiosamente, só voltou o major Rodríguez. "Ele veio me trazer a nota para que eu assinasse, já datilografada", continuou a mãe de Lilian. "Mas o que se dizia jornalista não voltou mais." Quem era ele, afinal? Perguntado por VEJA, o proprietário do *Correio do Povo*, Breno Caldas, negou terminantemente que seu jornal tivesse enviado alguém a Montevideu para conversar com a família Celiberti.

"ESPONTANEAMENTE" — Tal questão, pelo visto, só poderá ser esclarecida pelo próprio deputado Amaral Viana, através da revelação de sua misteriosa "fonte". É certo que a nota ficou em poder de um oficial das Forças Conjuntas Uruguaias. Como veio parar

no Brasil, em mãos do deputado arenista? A "fonte" só pode ser alguém estreitamente relacionado tanto com as autoridades uruguaias como com o deputado-delegado gaúcho, pois, em seguida à concordância de dona Lilia em assinar a nota em Montevideu, Viana começou a anunciar a "bomba" em Porto Alegre — estampido que levou dezessete dias para percorrer a distância entre as duas cidades.

Jornalistas misteriosos, aliás, não foram vistos ou ouvidos apenas em Montevideu. Em Milão, Mirtha Celiberti recebeu um telefonema internacional de alguém que se dizia repórter e perguntava se a família não estava disposta a mudar de advogado, pois na sua opinião Ferri seria um homem "comprometido com o seqüestro". A reação da irmã de Lilian foi imediata: escreveu ao advogado gaúcho reiterando sua confiança em seu trabalho, atitude de resto tomada também por Lilia e Homero Celiberti, em Montevideu.

Como mais um trunfo, ainda, as autoridades uruguaias responderam a uma carta rogatória da Polícia Federal brasileira, apresentando depoimentos de Lilian e Universindo em que ambos negavam a versão do seqüestro e afirmavam ter entrado "espontaneamente" no Uruguai, através da fronteira com o Brasil. Prestados sob evidente constrangimento, os depoimentos do casal não



Faustina Severino, a Lenira: negando-se a ser fotografada

"Investigadora preta, alta, de nome Lenira"

Em meados de fevereiro, uma das muitas informações anônimas que VEJA vinha recebendo sobre o seqüestro dos uruguaios dizia laconicamente que "quem manteve as crianças no DOPS foi uma investigadora preta, alta, de nome Lenira". No dia 3 de janeiro, o repórter Pedro Maciel, de VEJA, ouviu em Montevideu o menino Camilo, filho de Lilian, dizer que, no DOPS gaúcho, ficara sob a guarda de "una mujer alta y rubia y otra oscura, de pelo re-

dondo". Na lista de 185 funcionários do DOPS, fornecida aos repórteres de VEJA, em março, surgiu mais uma evidência: o número 93 da lista era o da escrivã Faustina Elenira Severino.

Dias depois, folheando as 1 500 páginas dos oito volumes que incluem os processos e inquéritos policiais do seqüestro, o repórter Luís Cláudio Cunha, de VEJA, constatou surpreso que duas laudas e meia de depoimentos haviam sido reservadas a Lenira. Nelas, a policial confessava conhecer o advogado Omar Ferri, que defendera seu irmão, Delaro Severino, num processo por homicídio. Essa ligação era fundamental para determinar o envolvimento de Leni-

ra. No período entre 17 de novembro, quando o seqüestro foi descoberto por VEJA, e 25 de novembro, quando saiu o comunicado oficial das forças conjuntas do Uruguai, o advogado Ferri recebeu quatro telefonemas anônimos de uma mulher, que se preocupava em informá-lo sobre a integridade física das crianças. E a informante justificava-se: "Devo alguma coisa ao senhor".

Em seu pequeno apartamento, a menos de uma quadra do prédio da Secretaria da Segurança, Lenira foi visitada no dia 21 de março por repórteres de VEJA. Recebeu-os cortesmente, mas recusou, sobressaltada, a proposta de ser fotografada. Mesmo assim, não pôde evitar uma foto com teleobjetiva, duas horas mais tarde, ao aparecer na área de serviço do apartamento. Três dias depois, em Montevideu, Camilo incluía definitivamente mais um nome na galeria de seqüestradores, ao reconhecer a foto de Lenira exibida por VEJA: "Sim, é ela"

OLIVIO LAMAS

mereceram maiores considerações por parte do promotor Dirceu Pinto, encarregado do processo contra Pedalada e o delegado Pedro Seelig.

CONTRADIÇÕES — O promotor, aliás, pretendia indiciar junto com Seelig e Pedalada a própria escrivã Lenira, “por uma questão de coerência”, já que ela também tinha sido identificada por Camilo. A morte da funcionária do DOPS, contudo, deverá alterar os rumos da investigação do caso — além de ter criado um pesado, quase insuportável ambiente para os jornalistas que trabalham junto à área policial.

De fato, dos policiais envolvidos no seqüestro, Lenira era a mais frágil, tanto por ter problemas nervosos como pelo fato de que estava bastante abalada com o que acontecera na tarde do dia 17 de novembro. A impressão era de que dificilmente ela resistiria a um novo depoimento na Justiça sem fraquejar — acabaria revelando toda a verdade. Nos dois depoimentos que prestara anteriormente na Assembléia e no processo administrativo a cargo do Conselho Superior de Polícia, a escrivã entrara em muitas contradições.

Uma delas foi especialmente grave. Lenira negou aos deputados qualquer participação na investigação de um seqüestro de seis menores ocorrido em Porto Alegre, em 1976. No entanto, em seguida à elucidação do caso, sob a responsabilidade do delegado Pedro Seelig, Lenira ganhara em sua ficha funcional um elogio pela participação nas investigações que levaram à recuperação dos seis meninos — conforme informou o próprio delegado Marco Aurélio Reis, seu chefe e ex-diretor do DOPS.

“URUBUS” — Morta, Lenira acabou sendo utilizada pela polícia como elemento de intimidação. Foi sua companheira de apartamento, a professora primária Maria Lisete Veloso, quem a encontrou caída no chão da sala de sua casa, na tarde de segunda-feira. Imediatamente, a polícia foi avisada e cercou o prédio. Não se sabe por que, a notícia só foi divulgada na manhã seguinte, quando a escrivã já estava no Instituto Médico Legal. Foi lá que começou a demonstração de força e de intimidação da polícia contra os jornalistas.

A certa altura do velório, familiares e amigos da morta resolveram encerrar a cerimônia e recolher aos dois carros funerários as nove coroas de flores que acompanhariam o corpo até a cidade de Candelária, a 220 quilômetros de Porto Alegre, onde se realizaria o enterro.

Mas não houve tempo. “Bota tudo lá de volta”, gritou, no centro da capela número 3 do IML, a agente do DOPS Lisete Rejane Lessa da Silva. “Não tirem nada enquanto não chegarem o governador e o comandante do III Exército.” Cerca de 300 policiais acotovelavam-se na capela. E, poucos minutos depois, começaram a desfilar ali as mais altas autoridades civis e militares do Estado.

Compareceram o governador Amaral de Souza, o comandante do III Exército, general Antônio Bandeira, o chefe do Estado-Maior do III Exército, general Luís Henrique Domingues, e o secretário da Segurança, coronel João Leivas Job. O rosto da maioria dos policiais iluminou-se em largos sorrisos. O investigador Janito Jorge dos Santos Kepler, um dos envolvidos no seqüestro, fazia questão de abrir insistentemente o paletó para exibir a arma que levava ao cinto. Os jornalistas que chegavam eram chamados de “urubus”.

DECISÃO PESSOAL — Seguiu-se, então, a tentativa de atribuir a morte de Lenira à pressão que vinha sofrendo por parte da imprensa. Por três vezes, o governador Amaral de Souza repetiu que desejava ver “o caso encerrado, para que não se façam mais vítimas inocentes”. Durante o enterro, na cidade de Candelária, a agente Lisete apontava e identificava para os parentes de Lenira todos os jornalistas presentes. Um deles aproximou-se de Olívio Lamas, de VEJA, e ameaçou: “Se tirar fotografia vai levar um tiro na cara”.

Amaral Viana levou a mobilização até a Assembléia Legislativa, tentando fazer aprovar um voto de pesar pela morte de Lenira, considerada por ele uma vítima sacrificada “em holocausto ao extremismo ideológico”. Seus próprios companheiros de bancada, porém, convenceram-no a retirar o requerimento — mesmo porque a oposição já preparava uma resposta à demonstração de força feita no velório. César Schirmer, líder do MDB, considerou normal a presença das autoridades no IML, mas estranhou que, em quatro recentes casos de morte de policiais em

serviço, nem sequer o secretário da Segurança tivesse comparecido ao enterro.

Por que, então, tal mobilização? Fontes de Brasília garantiram que a presença do general Bandeira no velório representava apenas uma decisão pessoal e não obedecia a qualquer tipo de recomendação do Palácio do Planalto.

De qualquer forma, há duas semanas, dois jornais de São Paulo informaram que um oficial-general do Estado-Maior do Exército reconheceu a existência do seqüestro e atribuiu sua repercussão a um descuido da polícia, que foi pilhada pelos jornalistas no momento em que realizava a operação.

As informações de Brasília podem, igualmente, obedecer a um cuidado compreensível. Afinal, cada vez mais, novas informações tornam mais claro e mais inquestionável o seqüestro cometi-



General Bandeira no velório: decisão pessoal

do no dia 17 de novembro. Um sentimento que também não escapou aos pais de Lilian, que, apesar de constantemente pressionados pelas autoridades uruguaias, se recusam a abandonar a filha na prisão.

Na sexta-feira passada, por sinal, foram visitá-la. “Ela estava bem, estava feliz”, informou Homero Celiberti. Sintomaticamente, também, a divulgação das cartas no Brasil não fez com que aumentassem as pressões sobre o casal. Na verdade, as Forças Conjuntas Uruguaias parecem perplexas e sumamente irritadas. Mas cada vez com menos argumentos para sustentar sua versão e temerosas de que qualquer nova investida sobre a família Celiberti possa trazer à tona mais dados comprometedores sobre o caso.